

De 495 deputados, só 178 voltam em 1991

BRASÍLIA — O ano que se encerra foi muito prejudicado por ausências de parlamentares. Os interesses eleitorais falaram mais alto, dando razão o ao ex-senador Luiz Viana (BA), já morto. Ele dizia ser a reeleição a primeira prioridade de qualquer parlamentar.

Na Câmara, quase todos os 495 tinham de lutar por ela. As exceções ficaram por conta de uns poucos que se desinteressaram pelo mandato, seja por falta de condições políticas, seja por falta de dinheiro para um sempre muito dispendiosa campanha eleitoral. Dos 495, apenas 178 estarão de volta na próxima legislatura, que se inicia a 1º de fevereiro.

Ainda assim, a Câmara chegou a examinar, em plenário, 495 proposições, aprovando 270 e rejeitando 44 (138 foram declaradas prejudicadas e 43 foram retiradas).

O Senado ainda não completou o levantamento. Mas somente em novembro votou 73 proposições, das quais 23 referentes ao Distrito Federal, para o qual legislou até agora.

Entre algumas das principais matérias aprovadas pelo Congresso, estão a que instituiu a política agrícola, a do Regime Jurídico Unico do servidor da União e a dos benefícios e custeio da Previdência Social (vetada pelo Presidente da República).

Os números, contudo, segundo o líder do PFL, senador Marco Maciel (PE), não devem servir de base para avaliar a atividade do Congresso.

“O Legislativo”, disse, “não é uma fábrica de leis.” Maciel entende que as propostas precisam ser examinadas “sem açodamento, ouvindo-se, meditando-se bem a respeito de todas as ponderações dos setores interessados”. Segundo ele, o Congresso “não precisa fazer muitas leis, mas boas leis, e precisa exercer, cada vez mais, seu papel de fiscal do Poder Executivo.”

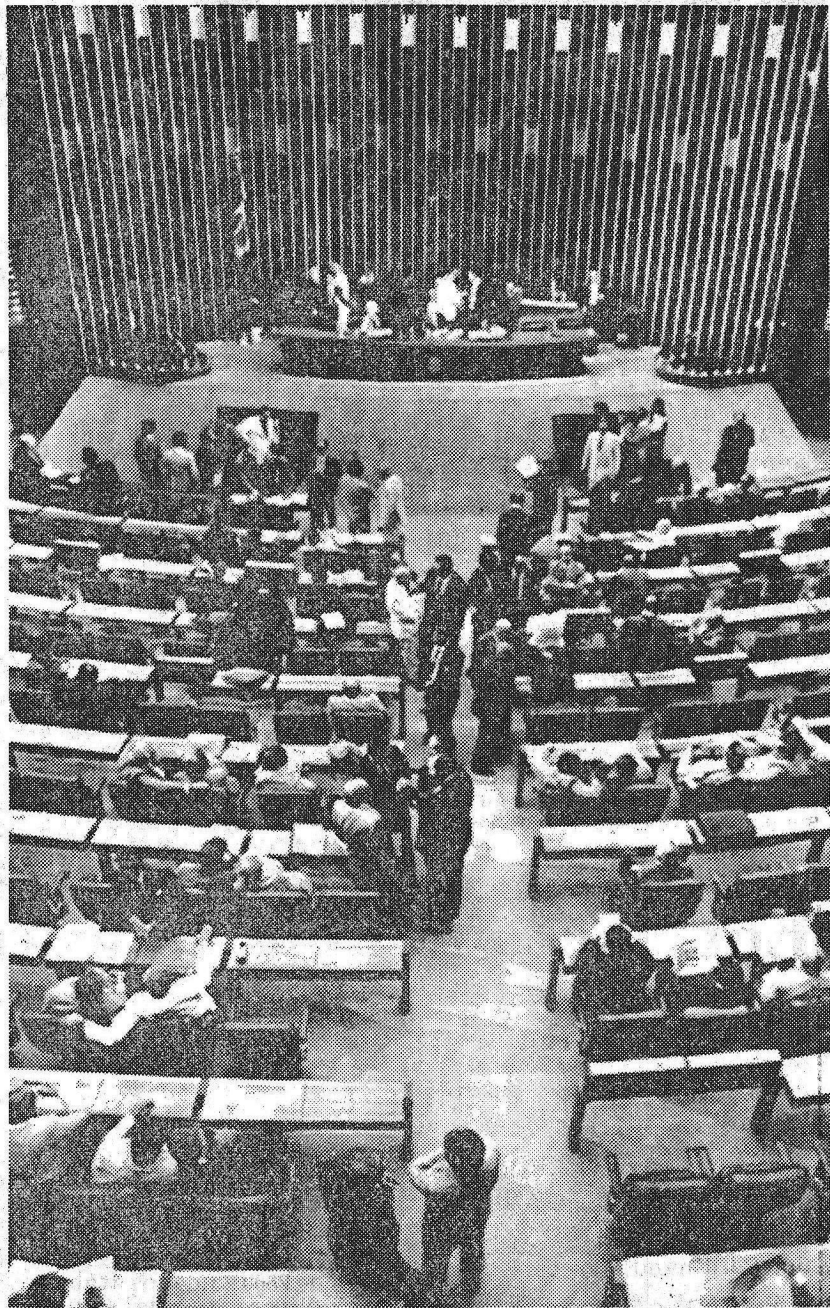
MEDIDAS PROVISÓRIAS

Quem legislou com intensidade foi o Executivo. O atual governo continuou despejando sobre o Congresso a mesma enxurrada de medidas provisórias do tempo do governo Sarney. Mais até. Enquanto Sarney, em 17 meses e meio (da promulgação da Constituição ao término do mandato), baixou 147 medidas, o presidente Fernando Collor, em nove meses, baixou 143.

Ao longo do ano, o Congresso examinou 163 medidas provisórias, aprovando 40 como projeto de lei de conversão e 32 como foram editadas, rejeitando três. Outras 72 perderam a eficácia, cinco foram declaradas insubsistentes, oito foram revogadas e três estão em tramitação.

Dos 54 projetos de lei, quase todos referentes à abertura de créditos, 51 foram aprovados, dois retirados e um ainda está em tramitação.

Foram votados e mantidos 17 vetos presidenciais e 40 ainda estão no Congresso.



José Paulo Lacerda/AE

Plenário da Câmara: reeleição como prioridade dos deputados